



Processo nº 11080.739000/2018-12
Recurso Voluntário
Acórdão nº **1002-002.961 – 1^a Seção de Julgamento / 2^a Turma Extraordinária**
Sessão de 12 de setembro de 2023
Recorrente ECOLAB QUIMICA LTDA
Interessado FAZENDA NACIONAL

ASSUNTO: NORMAS GERAIS DE DIREITO TRIBUTÁRIO

Exercício: 2018

NÃO HOMOLOGAÇÃO DE PER/DCOMP. MULTA ISOLADA. INCONSTITUCIONALIDADE DECLARADA PELO STF. REPERCUSSÃO GERAL.

Declarada pelo STF a inconstitucionalidade da multa isolada sobre o valor do débito objeto de declaração de compensação não homologada, deve ser cancelada a penalidade.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos, em conhecer parcialmente do recurso, deixando de conhecer as alegações de violação a dispositivos constitucionais, e no mérito, na parte conhecida, em lhe dar provimento.

(documento assinado digitalmente)

Aílton Neves da Silva - Presidente e Relator

Participaram do presente julgamento os Conselheiros: Aílton Neves da Silva (Presidente), Rafael Zedral, Fellipe Honório Rodrigues da Costa e Miriam Costa Faccin.

Relatório

Trata o presente processo de Notificação de Lançamento de multa por compensação não homologada (e-fls. 2). A compensação foi declarada no PER/DCOMP n. 035167086523051413048184, decorrente do processo administrativo de crédito nº 13896.903681/2014-88.

Irresignada com o lançamento o contribuinte apresentou a Impugnação de e-fls. 10, através da qual alega, em síntese (conforme o Relatório da decisão recorrida), o que segue:

Trata-se de Manifestação de Inconformidade apresentada contra Despacho Decisório nº rastreamento 090614486, emitido em 04/09/2014, que não homologou a Declaração de Compensação – DCOMP abaixo identificada:

2-IDENTIFICADOR DO PER/DCOMP		DATA DA TRANSMISSÃO	TIPO DE CRÉDITO	Nº DO PROCESSO DE CRÉDITO
PER/DCOMP 03516.70865.230514.1.3.04-8184		23/05/2014	Pagamento Indevidado ou a Maior	13896-903.681/2014-88

O direito creditório pleiteado na DCOMP é o Pagamento a maior de Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF, código de receita 0481, no valor de R\$ 101.571,86, não reconhecido no Despacho Decisório, o que implicou a não homologação da DCOMP, conforme abaixo:

3-FUNDAMENTAÇÃO, DECISÃO E ENQUADRAMENTO LEGAL			
A análise do crédito creditório está limitada ao valor do "crédito original na data de transmissão" informado no PER/DCOMP, correspondendo a 101.571,86.			
A partir das características do DARF discriminado no PER/DCOMP acima identificada, foram localizados um ou mais pagamentos, abaixo relacionados, mas integralmente utilizados para quitação de débitos do contribuinte, não restando crédito disponível para compensação dos débitos informados no PER/DCOMP.			
Características do DARF discriminado no PER/DCOMP			
PERÍODO DE APURAÇÃO	CÓDIGO DE RECEITA	VALOR TOTAL DO DARF	DATA DE ARRECADAÇÃO
31/03/2014	0481	101.571,86	31/03/2014
UTILIZAÇÃO DOS PAGAMENTOS ENCONTRADOS PARA O DARF DISCRIMINADO NO PER/DCOMP			
NÚMERO DO PAGAMENTO	VALOR ORIGINAL TOTAL	PROCESSO(PRI)/ PER/DCOMP(PD)/ DÉBITO(DB)	VALOR ORIGINAL UTILIZADO
2996693123	101.571,86	Db: cdb 0481 PA 31/03/2014	101.571,86
		VALOR TOTAL	101.571,86
Diante da inexistência de crédito, NÃO HOMOLOGA a compensação declarada.			
Valor devedor consolidado, correspondente aos débitos indevidamente compensados, para pagamento até 30/09/2014.			
PRINCIPAL	MULTA	JUROS	
103.420,47	20.684,09	3.764,50	
Para verificação de valores devedores e emissão de DARF, consultar o endereço www.receita.fazenda.gov.br , menu "Onde Encontro", opção "PER/DCOMP", item "PER/DCOMP-Despacho Decisório".			
Enquadramento legal: Arts. 165 e 170, da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (CTN). Art. 74 da Lei 9.430, de 27 de dezembro de 1996.			

Cientificado o contribuinte do Despacho Decisório em 16/09/2014, o contribuinte apresenta Manifestação de Inconformidade em 16/10/2014, onde contesta:

(...) No despacho decisório eletrônico proferido foi consignado que o crédito informado na declaração de compensação não existiria, sem, contudo, prévia intimação da Requerente para prestar os esclarecimentos que se fizessem necessários, cerceando o direito de defesa.

(...) no despacho decisório recorrido a autoridade administrativa realizou mero cruzamento eletrônico de informações (PER/DCOMP x DCTF), sem que a Requerente sequer tivesse sido intimada para se manifestar a respeito, o que viola o princípio do contraditório e da ampla defesa

(...) no mês de março de 2014, a Requerente efetuou a remessa simbólica de juros ao exterior no valor de R\$ 677.226,97, recolhendo o IRRF incidente na operação, à alíquota de 15%, no valor de R\$ 101.584,04

(...) mesmo após o recolhimento do DARF, a Requerente, por um equívoco, no momento da efetivação da operação, recolheu novo DARF, no valor de R\$ 101.571,86, correspondente ao IRRF (código 0481) incidente sobre a mesma operação incidente sobre a mesma operação de remessa simbólica de juros ao exterior.

(...) restou configurado o pagamento indevido de IRRF, nos termos do inciso I do artigo 165 do Código Tributário Nacional, justamente por ter a Requerente recolhido o imposto incidente sobre a remessa do valor de R\$ 677.226,97, em duplicidade.

(...) para sanar qualquer equívoco no preenchimento de sua documentação fiscal, e na demonstração da mais absoluta boa-fé, a Requerente transmitem, em 07/10/2014, DCTF Retificadora, excluindo o pagamento indevido de IRRF, no valor de R\$ 101.571,86

(...) os recolhimentos do IRRF, nos valores de R\$ 101.584,04 (devido) e R\$ 101.571,86 (indevido), incidente sobre a operação de remessa simbólica de juros no valor de R\$ 677.226,97 ao exterior foram devidamente registrados a débito na contabilidade da Requerente, na Conta Contábil Patrimonial de Natureza Credora nº 8040010.2130.204005 (IRRFS / OPERAÇÕES EXTERIOR — doc. 06)

(...) Na remota hipótese de se entender que as informações e documentos apresentados não são suficientes para a confirmação da integralidade do direito creditório pleiteado pela Requerente, deverá, então, ser determinada a realização de diligência, nos termos do inciso IV do artigo 16 do Decreto nº 70.235/72, sob pena de cerceamento do direito de defesa.

A Impugnação foi julgada improcedente pela DRJ/06, conforme acórdão n.º 106-013.367, de 11 de maio de 2021 (e-fls. 205).

Irresignado, o ora Recorrente apresenta Recurso Voluntário de e-fls. 90, repetindo, em linhas gerais, os fundamentos apresentados em sede de impugnação.

É o relatório do necessário.

Voto

Conselheiro Aílton Neves da Silva , Relator.

Admissibilidade

Inicialmente, reconheço a plena competência deste Colegiado para apreciação do Recurso Voluntário, na forma do art. 23-B da Portaria MF nº 343/2015, com redação dada pela Portaria MF nº 329/2017, e do disposto na Portaria CARF nº 6.786/2022.

Demais disso, observo que o recurso é tempestivo e atende aos demais requisitos de admissibilidade, entretanto, dele conheço parcialmente, eis que guarda no seu bojo alegação de violação a dispositivos constitucionais, matéria cuja apreciação é vedada aos órgãos de julgamento no âmbito do CARF, conforme reza a Súmula CARF nº 02:

Súmula CARF nº 2: O CARF não é competente para se pronunciar sobre a constitucionalidade de lei tributária.

Em razão disso, a arguição relacionada ao tema não será conhecida.

Mérito

Trata-se de notificação de lançamento de ofício que exige multa isolada de 50% sobre o valor dos débitos objeto de declaração de compensação não homologada, objeto do processo de crédito nº 13896.903681/2014-88.

O presente lançamento encontra fundamentação legal no parágrafo 17 do artigo 74 da Lei nº 9430/96 (destaque deste relator):

Art. 74. O sujeito passivo que apurar crédito, inclusive os judiciais com trânsito em julgado, relativo a tributo ou contribuição administrado pela Secretaria da Receita Federal, passível de restituição ou de resarcimento, poderá utilizá-lo na compensação de débitos próprios relativos a quaisquer tributos e contribuições administrados por aquele Órgão. (Redação dada pela Lei nº 10.637, de 2002)(Vide Decreto nº 7.212, de 2010) (Vide Medida Provisória nº 608, de 2013) (Vide Lei nº 12.838, de 2013)

§ 1º (...)

(...)

§ 17. Será aplicada multa isolada de 50% (cinquenta por cento) sobre o valor do débito objeto de declaração de compensação não homologada, salvo no caso de falsidade da declaração apresentada pela sujeito passivo.(Redação dada pela Lei nº 13.097, de 2015)

Como se vê, a multa isolada incidirá somente sobre o valor do débito objeto de declaração de compensação não homologada.

Entretanto, o Supremo Tribunal Federal (STF) no julgamento do Recurso Extraordinário (RE) 796939, com repercussão geral (Tema 736), e da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 4905, decidiu pela inconstitucionalidade do parágrafo 17 do artigo 74 supra mencionado, que prevê a incidência de multa isolada no caso de não homologação da declaração de compensação apresentada ao Fisco.

Em razão disso, foi fixada tese de repercussão geral nos seguintes termos: “É inconstitucional a multa isolada prevista em lei para incidir diante da mera negativa de homologação de compensação tributária por não consistir em ato ilícito com aptidão para propiciar automática penalidade pecuniária.”

Assim, em que pese o impedimento do CARF para se pronunciar sobre a inconstitucionalidade de lei tributária, o inciso I, do §1º, do art. 62, RICARF, prevê que tal vedação não se aplicará aos casos de tratado, acordo internacional, lei ou ato normativo “que já tenha sido declarada inconstitucional por decisão definitiva plenária do Supremo Tribunal Federal.”

Nesse quadro, a multa isolada em questão deve ser cancelada, em observância ao entendimento expresso pelo STF sobre a matéria.

Dispositivo

Ante o exposto, DOU PROVIMENTO ao recurso voluntário, para que a multa isolada aplicada seja integralmente cancelada.

É como voto.

(documento assinado digitalmente)

Aílton Neves da Silva